ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CRADS) – Angra do Heroísmo, 24 de março de 2023

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Terceira Mar Hotel, na cidade de Angra do Heroísmo, ilha da Terceira, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, estando presentes os seguintes membros: ----------

- Alonso Teixeira Miguel, Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, na qualidade de Presidente; ----------

- Vânia Figueiredo Ferreira, representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores; ----------

- João Cabeças, representante da Autoridade Marítima Nacional – Departamento Marítimo dos Açores; ----------

- Júlio Costinha, representante da Polícia de Segurança Pública; ----------

- José Miguel Vieira, representante do Comando Territorial dos Açores da Guarda Nacional Republicana; ----------

- Tiago Garrinhas, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana; ----------

- Anselmo Falcão, Inspetor Regional do Ambiente; ----------

- Sónia Santos, Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores; ----------

- José Azevedo, representante da Federação Agrícola dos Açores; ----------

- Raquel Rodrigues, representante da Federação de Pescas dos Açores; ----------

- Eugénio Câmara, representante da Associação do Sector Florestal da Região Autónoma dos Açores; ----------

- José Leal, Rui Botelho, Paulo Barcelos, Ana Carvalho, João Medeiros, Rui Coutinho, Diogo Caetano e André Avelar, representantes de cada uma das organizações não governamentais de ambiente e equiparadas que estejam inscritas no registo regional a que se refere o artigo 8.º do presente diploma; ----------

- Hélder Nunes, representante da Associação de Escutismo Católico dos Açores; ----------

- João Bettencourt, representante da Associação de Consumidores da Região Açores; ----------

- Marco Furtado, representante da Delegação da Associação Nacional de Freguesias; ----------

- Pedro Hintze Ribeiro, representante da Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural/Direção Regional da Agricultura; ----------

- Mário Pinho, representante da Secretaria Regional do Mar e das Pescas/Direção Regional de Políticas Marítimas; ----------

- Emanuel Barcelos, Diretor Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos; --------

- Ana Rodrigues, Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; ----------

Esta reunião teve a seguinte agenda: ----------

1 – Tomada de posse dos novos membros do CRADS; ----------

2 – Aprovação da ata do CRADS de 24 de outubro de 2022; ----------

3 – Proposta de portaria que procede à criação do programa "Amigo da Natureza"; ----------

4 – Apresentação dos seis projetos REACT-EU a executar pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; ----------

5 – Proposta de Decreto Legislativo Regional que procede à revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, que aprova o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte e Licenciamento Ambiental; ----------

6 – Proposta de portaria que aprova os valores das taxas a cobrar pela Administração Pública Regional pelos serviços realizados no âmbito da homologação de cartografia topográfica, vetorial e de imagem, na Região Autónoma dos Açores; ----------

7 – Apresentação de proposta da lista de locais a classificar como portinhos na Região Autónoma dos Açores; ----------

8 – Informação sobre o estado de execução de projetos: LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDALIA, LIFE BEETLES, LIFE IP CLIMAZ e LIFE SNAILS; ----------

9 – Outros assuntos. ----------

O Presidente deu as boas-vindas aos presentes e agradeceu a sua comparência na reunião. -----

Transmitiu ausência devidamente justificada de cinco conselheiros, nomeadamente: o representante do Observatório do Mar dos Açores, o representante do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, o representante da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, o representante da AJITER – Associação Juvenil da Ilha Terceira, o representante da AFAMA – Associação Faialense dos Amigos dos Animais, o representante da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa, o representante da Asas do Mar, o representante da Trybio – Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica, o representante do Conselho Coordenador do Sistema Educativo, o representante da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, o representante da Associação de Escuteiros de Portugal – Chefia Regional Açores Oriental e o representante da Direção Regional dos Recursos Florestais. ----------

Informou, ainda, que estariam presentes na reunião o Chefe do Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Adalberto Couto, os Adjuntos do Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, André Castro e João Cardoso, bem como a Subdiretora Regional do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental, Teresa Escobar Silva, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 41.º do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua versão atual.

Tendo-se constatado a presença de quórum para a realização da reunião, nos termos do n.º 1, do artigo n.º 48, do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua redação atual, o Presidente do CRADS deu início à ordem de trabalhos: ----------

PONTO UM – Tomada de Posse dos novos membros do CRADS ----------

Existindo novos representantes, designados recentemente, o Presidente do CRADS concedeu a posse aos seguintes conselheiros: Raquel Rodrigues representante da Federação das Pescas dos Açores, João Bettencourt representante da ACRA – Associação de Consumidores da Região Açores e André Avelar representante da Associação de Surf da Ilha Terceira. ----------

Os respetivos termos de posse foram assinados pelo Presidente e pelos empossados, sendo anexados à presente Ata, enquanto parte integrante da mesma. ----------

PONTO DOIS – Aprovação da Ata da reunião do CRADS de 24 de outubro de 2022 ----------

Com a recente nomeação de novos representantes, o Presidente do CRADS deu posse aos seguintes conselheiros: Raquel Rodrigues representante da Federação das Pescas dos Açores, João Bettencourt representante da ACRA – Associação de Consumidores da Região Açores e André Avelar representante da Associação de Surf da Ilha Terceira. ----------

O Presidente informou que foi recebida uma proposta de alteração à ata por correio eletrónico, nomeadamente, uma alteração enviada por Paulo Costa, da Associação de Surf da Ilha Terceira, que solicitou a correção da designação da Associação para Associação de Surf da Ilha Terceira. -

O Conselheiro Rui Botelho solicitou uma correção na página 17, onde se lia "que os dados são de 2004" para "que os dados de referência são de 2004". ----------

Colocado o conteúdo da Ata à consideração do Conselho, não foi manifestada qualquer objeção à sua redação. ----------

Submetida à votação, a Ata da reunião do CRADS de 24 de outubro de 2022, foi aprovada por unanimidade. ----------

PONTO TRÊS – Proposta de Portaria que procede à criação do programa "Amigo da Natureza"

O Presidente informou que compete ao CRADS emitir parecer sobre as medidas legislativas e os planos de gestão com incidência em matéria de plantas exóticas, manutenção da biodiversidade e divulgação dos valores naturais. Esta proposta de Portaria prevê a apresentação dos valores naturais da Região e a experiência nos Centros de interpretação ambiental, a participação e

colaboração num conjunto de programas, incluindo o estabelecimento de Acordos de Custódia da Natureza. ----------

Referiu que na audiência de interessados foram rececionados dezassete contributos e aguarda contributos dos conselheiros. ----------

Passou a palavra à Diretora do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental, Teresa Escobar Silva, para apresentação da proposta. ----------

A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Terminada a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Usou da palavra o conselheiro Eugénio Câmara que solicitou esclarecimentos quanto à alínea a), do artigo 7º, em que se refere "criar circuitos turísticos promovendo os Parques Naturais, as Reservas da Biosfera e o Geoparque Açores, nomeadamente visitas aos centros de interpretação, trilhos pedestres e áreas protegidas", realçou que existem problemas com os trilhos, especificamente nas propriedades privadas. Considera que é necessário salvaguardar a propriedade particular. ----------

O Presidente do CRADS deu nota que o Turismo é um setor de extrema importância para a Região, encontrando-se ainda em desenvolvimento, causando inevitavelmente alguns constrangimentos. Todavia, através da fiscalização pelo Corpo Regional de Vigilantes da Natureza, pretende-se salvaguardar as áreas privadas. Esclareceu que quando menciona "promover os circuitos turísticos", as entidades parceiras do programa "Amigos da Natureza" e que tenham atividade dentro do setor turístico devem promover uma utilização sustentável e regrada destes ativos turísticos, nomeadamente, centros interpretativos, trilhos e áreas protegidas. Por isso, a referência à criação de circuitos consiste no fundo em promover as valências já existentes, e, paralelamente, reforçar códigos de conduta e regras de utilização que garantam a salvaguarda dos valores naturais. ----------

De seguida, o Conselheiro Rui Botelho procedeu à leitura do parecer cuja cópia se encontra arquivada na documentação do CRADS. ----------

O Secretário Regional agradeceu o contributo e deu nota que irá ser analisada a melhor forma de promover uma maior integração das obrigações apresentadas na Portaria. Referiu ainda que as obrigações são genéricas, sendo salvaguardado que, caso uma determinada associação não possuir competências de ação para cumprir com um determinado objetivo, não irá deixar de manter o galardão Amigo da Natureza. ----------

De seguida, o Conselheiro Diogo Caetano usou da palavra referindo que a iniciativa é interessante, no entanto, considera que carece de ser trabalhada em vários aspetos, como por exemplo, a cumulação de determinados critérios, acrescentando que deve ser instituído um mecanismo de verificação de cumprimentos dos mesmos. Constata-se um conjunto de obrigações que, embora não sejam cumulativas, estão descritas de uma forma muito extensa e deveriam estar mais explícitas. Quanto ao que deve ou não ser cumprido, deu como exemplo, a existência de alguns requisitos mínimos e outros obrigatórios. Sugeriu ainda que deveriam

existir outras contrapartidas de visibilidade ou de promoção para além da distinção de Amigo da Natureza. ----------

O Presidente do CRADS deu nota que a opinião dos presentes é fundamental, considerando que são as entidades que têm uma relação com o desenvolvimento sustentável e com a promoção dos nossos valores naturais, acrescentando que a avaliação feita dos critérios e das obrigações é extremamente pertinente. ----------

O Conselheiro Paulo Barcelos afirmou que existe a perceção de que há claramente uma intenção do Governo Regional em premiar entidades que desenvolvam a sua atividade com boas práticas ambientais, em termos de prestação de serviços na área do turismo, desde a hotelaria e restauração, às empresas de animação turística, para as quais a portaria apresentada está vocacionada, passando também pelos centros de interpretação. Sugeriu, no entanto, que o Governo Regional premiasse todos os setores de atividade, para que de alguma forma, também pudessem ser reconhecidos. Mencionou ainda que o artesanato, nomeadamente, o artesanato sustentável, não está incluído na proposta, mas poderia estar noutro programa e ter também direito a algum tipo de distinção. ----------

O Presidente do CRADS evidenciou que este programa é uma restruturação de um programa existente, criado pela empresa Azorina, entretanto extinta, havendo, portanto, a necessidade de fazer a sua adaptação conforme as regras da Administração Pública Regional e, com isso, aproveitar para realizar algumas adaptações que foram surgindo da experiência da aplicação do anterior regulamento. ----------

O Conselheiro André Avelar, representante da Associação de Surf da Ilha Terceira, referiu que concordam com os objetivos do programa e consideram importante a integração das entidades sem fins lucrativos pelo que propôs uma alteração à alínea e), artigo 7º, considerando que não é claro se é obrigatório cumprir o todo, ou apenas parte do todo. ----------

O Presidente do CRADS referiu que o próprio conceito de Custódia da Natureza pode ter várias dimensões, esclarecendo que um acordo de Custódia da Natureza é algo amplo para que possa ser adequado à natureza de cada associação que o pratica. Deu nota que entendeu a necessidade de clarificar o carácter cumulativo ou não destas obrigações, através de uma priorização. Salientou que as contrapartidas têm como objetivo apoiar e colaborar na missão desta Secretaria Regional para garantir um desenvolvimento sustentável. Salientou as várias ações que podem ser desenvolvidas, desde o voluntariado, limpeza de espaços públicos, preservação da biodiversidade, plantação de espécies endémicas, e que se encaixam perfeitamente na natureza da maioria das associações. ----------

Tomou a palavra a conselheira Ana Carvalho que saudou a iniciativa, referindo que é extremamente importante um regulamento que regule as atividades das empresas nas áreas protegidas e ressalvou a importância da alínea e), do artigo 11º que refere "(...) em cada passagem por trilhos ou áreas protegidas sensibilizar os clientes para a proteção e conservação das espécies protegidas e proceder à limpeza de eventuais resíduos que se encontrem no local". Referiu ainda que considera este ponto essencial, uma vez que poderá fazer toda a diferença para as entidades detentoras do selo, uma vez que diversas empresas levam a cabo visitas guiadas, em áreas protegidas, prestando informação incompleta ou mesmo errada, sendo também uma forma de enaltecer os guias da natureza e todos os jovens que foram formados

pela Universidade dos Açores, com o curso Guias da Natureza, atualmente, o curso de Património e Natureza. Sendo os Açores, um destino de sustentabilidade, é fundamental garantir a qualidade da interpretação ambiental executada. ----------

O Conselheiro Diogo Caetano deixou uma nota salientando que os incentivos não têm de ser todos económicos, podendo também ser atribuídos na área da promoção. ----------

O Secretário Regional deu nota que concorda com a exposição apresentada pelo conselheiro Diogo, referindo que está recetivo à apresentação de sugestões que pudessem ser implementadas na área da promoção. Destacou também que os apoios financeiros são importantes para a própria atividade das associações e referiu o regulamento de apoios às organizações não governamentais do ambiente, no qual a Secretaria apoia algumas das atividades. ----------

PONTO QUATRO - Apresentação dos seis projetos REACT-EU a executar pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas ----------

O Presidente do CRADS frisou que os projetos REACT-EU, em desenvolvimento na Região, focam-se essencialmente em duas temáticas, nomeadamente, na melhoria da gestão de resíduos na Região, e implementação de medidas de combate às alterações climáticas como contributo para os objetivos definidos para a neutralidade carbónica, dando assim cumprimento aos compromissos assumidos pelo País e preconizados pela Comunidade Europeia, principalmente, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu. Nestas duas áreas existem outros projetos que estão a ser desenvolvidos, nomeadamente, ao nível de gestão da Orla Costeira, e seis projetos em curso que representam um investimento de 13 milhões de euros, financiados a 100% pelo programa REACT-EU. ----------

A Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas coordena 4 dos projetos designadamente, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, que já foi lançado e deverá estar concluído em setembro do presente ano, o Projeto de Avaliação da Biomassa de Turfa por hectare e instalação de parcelas permanentes, Roteiro para a Economia Circular e a Restruturação dos Centros de Processamento de Resíduos para o processo de compostagem de recolha seletiva de biorresíduos. ----------

De seguida, o Presidente do CRADS passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, para fazer a apresentação dos quatro projetos REACT-EU. A apresentação foi efetuada com recursos a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluída a intervenção da Diretora Regional das Alterações Climáticas o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Tomou a palavra o Conselheiro José Azevedo que questionou sobre o que está a ser pensado para os resíduos, no âmbito da Neutralidade para 2050, realçando que no âmbito da agricultura, este setor irá absorver grande parte dos resíduos que serão criados pelas Centrais de Compostagem. Deu nota que não está claro no projeto como a Região irá proceder à retenção de carbono pelas pastagens e pela floresta. Salientou que os Açores têm uma grande capacidade

de retenção de carbono. Por fim, questionou qual a quantidade retida pela pastagem e pela floresta. Afirmou que a resposta a estas questões consistiria num upgrade para um ponto de partida mais evolutivo e daria mais ferramentas para a Região alcançar o objetivo definido para a 2050. ----------

O Presidente do CRADS referiu que o Roteiro da Neutralidade Carbónica envolve todos os departamentos e todos os setores que têm influência na neutralidade carbónica, mas que este é um projeto que agrega todas as áreas que irão permitir ter métricas de quantificação. Na Região sabemos através do IRERPA (Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos) que, ao contrário de Portugal Continental, a agricultura nos Açores é o segundo setor responsável pela maior emissão de gases com efeito de estufa, e, portanto, não é possível tentar cumprir com os compromissos assumidos sem ter o seu envolvimento. ----------

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas salientou que o Roteiro tem como objetivo fazer um estudo exaustivo daquilo que existe na Região, bem como propor medidas aos vários departamentos governamentais para, posteriormente, executarem as suas políticas com o objetivo de atingirem a neutralidade carbónica. Sobre o papel das pastagens açorianas, referiu que a temática tem sido estudada, na neutralidade carbónica e, na generalidade a pastagem não é um sumidouro de carbono, pelo contrário, é um emissor. Reforçou a ideia de que a pastagem tem de ser entendida como uso do solo e o uso do solo tem que ser associado à pastagem, que a criação de gado de carne e de gado para produção de leite têm emissões de metano que são grandes promotores das alterações climáticas. Deu nota que, no entanto, apenas um estudo nos permitirá entender qual a importância do setor na economia regional e qual a sua importância no contributo para as alterações climáticas. Salientou que é necessário descobrir quais são os usos mais adequados, para cada terreno, tendo em conta as suas características, sendo com esse intuito que está a ser efetuado o referido estudo. ----------

Evidenciou que existe um estudo bastante avançado nesta matéria, mas precisa ainda de ser trabalhado, por isso ainda não foi apresentado. Avançou que o projeto LIFE IP CLIMAZ, através da Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, irá efetuar um levantamento e caracterização dos recursos florestais existentes na Região para averiguação da sua capacidade de sequestro de carbono. Referiu, ainda, que existem diversos projetos-piloto, no âmbito do projeto LIFE IP CLIMAZ, no sentido de utilizar diversas metodologias de alimentação do gado, que irão melhorar o seu desempenho em termos de emissão e retenção de carbono. ----------

Concluiu informando que, no último ano verificou-se um conjunto de investimentos importantes na área da energia, como exemplo a construção do sistema de baterias na Terceira, que veio alavancar a possibilidade para a produção de mais energias renováveis e estabilizar a rede, ocorrendo, assim, menos emissões com gases de efeito de estufa. ----------

O Presidente do CRADS salientou que efetivamente é preciso encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento do setor agrícola e a necessidade de contribuir para a redução da neutralidade carbónica, mencionando que já existe um Roteiro para a Neutralidade Carbónica Nacional, todavia o que a Região pretende é um Roteiro Regional que tenha por base a dependência que existe ao nível dos transportes inter-ilhas e para o Continente. ----------

O Conselheiro José Azevedo deu nota que está contabilizado o que é emitido, no entanto, não está contabilizado aquilo que é absorvido. Reforçou que a Região tem de compreender o que é absorvido quer pelas áreas agrícolas, florestais e pastagem, quer em termos de mar. ----------

O Presidente do CRADS deu nota de que a Região tem trabalho realizado conforme o IRERPA, contudo, a Região continua longe da neutralidade carbónica. De acordo com os últimos dados há um balanço positivo de emissões, superior a duas megatoneladas de CO2 equivalente por ano. Salientou que a Região ainda tem um longo caminho a percorrer e que em primeiro lugar tem de baixar as suas emissões e, de seguida, aumentar a sua capacidade de sequestro de carbono. ----------

O Conselheiro Pedro Hintze Ribeiro salientou a importância do setor agrícola na Região Autónoma dos Açores e deu nota que é um setor económico que necessita de atenção. Salientou que, no âmbito do PPR, a Agricultura efetuou um procedimento de contratação pública para análise dos solos da Região Autónoma dos Açores, que permitirá ter uma avaliação do estado dos solos da Região. ----------

O Presidente do CRADS aproveitou a ocasião para dar nota que, durante o mês de abril, terão início as ações de formação direcionadas ao setor da agropecuária, com o intuito de o sensibilizar para as boas práticas ambientais. ----------

O conselheiro Rui Botelho deu nota que, no âmbito dos projetos REACT-EU, era importante apresentar as equipas que estão a efetuar os trabalhos. Salientou ainda que, no âmbito da reciclagem, tem que haver uma análise e um acompanhamento de melhoramento na produção do composto orgânico. ----------

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas mencionou que o projeto da avaliação da biomassa de turfa por hectare e a produção de cartografia está a ser desenvolvido pela Fundação Gaspar Frutuoso. O projeto de reforço da proteção legal das turfeiras pretende encontrar medidas que reforcem a incorporação de regras nos apoios agrícolas ou florestais. ---

Quanto aos trabalhos, no âmbito do roteiro para proteção das turfeiras, referiu que o processo de aquisição dos terrenos está a decorrer e de seguida irá proceder-se à recuperação das trufeiras. ----------

O Presidente do CRADS passou a palavra ao Diretor Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos para a apresentação dos dois projetos REACT-EU. ----------

O Diretor Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos referiu o primeiro projeto, a implementação de sistemas de alerta de cheias em bacias hidrográficas de risco da Região Autónoma dos Açores para minimização dos riscos naturais, projeto com um valor global de 1,5 milhões de euros, cujo objetivo é dar cumprimento a uma das medidas inscritas no Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Região Autónoma dos Açores, que prevê a implementação de um sistema de alerta de cheias em bacias de risco da Região Autónoma dos Açores e o aumento da rede hidrometeorológica automática da Região. No decorrer do projeto será necessário dar cumprimento aos seguintes objetivos: alerta atempado de movimentos de massa que provoquem algum tipo de obstrução nos cursos de água; observação das condições de escoamento em tempo real, que envolve a instalação de um conjunto de webcams em linhas de água complicadas; validação dos tempos de concentração nas linhas de água; melhorar o

conhecimento da região quanto ao ciclo hidrológico das bacias hidrográficas; e por último, a validação de modelos com dados reais. ----------

Referiu, ainda, que será instalado um sistema de telecomunicações em quatro ilhas, nomeadamente, Terceira, São Miguel, São Jorge e Pico. ----------

Mencionou que o segundo projeto se refere à elaboração de cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas. Projeto orçamentado em cerca de 3,8 milhões de euros e que envolve um conjunto de ações preconizadas no Plano Regional das Alterações Climáticas, designadamente, a elaboração de cartografia de pormenor de risco para um conjunto de riscos naturais na Região e deu nota de que na Região estão cartografados pelo menos quatro riscos.

Referiu que, no âmbito deste projeto, será efetuado um varrimento da Região com um voo aerofotogramétrico que irá permitir a produção de cartografia à escala de 1 para 2000 da Região. Deu nota que foi necessário um investimento em equipamentos, pelo que foram adquiridos 9 drones, distribuídos pelos Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas de Ilha, e que serão utilizados na monitorização do território; quatro estações totais da LEICA para levantamentos topográficos; um laser scanner que permitirá a monitorização das arribas costeiras; 4 estações GNSS para levantamentos de GPS com elevado detalhe e três drones com sensor LIDAR [*Light Detection And Ranging*]. Serão ainda adquiridos dois drones de asa fixa com uma capacidade de voo até 6 horas. ----------

O Conselheiro Mário Pinto questionou se a Secretaria Regional do Mar e Pescas poderia utilizar os equipamentos apresentados para monitorização da zona costeira. ----------

O Diretor Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos destacou que o objetivo é disponibilizar a informação produzida e capacitar a Administração Pública Regional de informação atualizada e detalhada. ----------

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. ----------

PONTO CINCO – Proposta de Decreto Legislativo Regional que procede à revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, que aprova o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte e Licenciamento Ambiental ----------

O Presidente do CRADS passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para apresentação da proposta. A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ------

Concluída a apresentação, o Presidente do Conselho deu nota de que esta alteração foi determinada pela resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que determinou que no prazo de um ano, a legislação deveria ser analisada e atualizada. ----------

O Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Tomou a palavra o Conselheiro Paulo Barcelos para dar nota que as análises demoradas na apreciação dos processos por parte da Administração Pública e a falta de resposta em tempo útil permite que alguns processos sejam aprovados, provocando diversos atentados. Mencionou

que ao prolongar os prazos para apreciação, por parte da Administração, e encurtar os prazos para a instrução dos processos pelos particulares irá responsabilizar a Administração Regional.

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas referiu que o encurtar prazos, não implica uma diminuição do prazo para entrega dos documentos para instrução do processo pelo requerente. Há o encurtamento do prazo porque não é formada uma comissão de avaliação, isto é, os prazos encurtam-se dentro da Administração Pública e não penalizam os requerentes.

Destacou ainda que se encurtam prazos apenas em situações de renovação, uma vez que já existem elementos recolhidos e, portanto, procede-se à renovação em trinta dias, em vez dos setenta dias. ----------

O conselheiro Rui Botelho referiu que diminuir a participação pública não é o melhor caminho.

Realçou ainda que, na transposição dos anexos das diretivas comunitárias, o seu âmbito está correto, no entanto, é necessário acautelar os seus limites, uma vez que não estão de acordo com os limites regionais. ----------

De seguida, mencionou que o documento carece de uma avaliação profunda, ou seja, haveria mais ganhos, em termos de operacionalização, se houvesse uma divisão clara entre a avaliação de impacto ambiental e a parte de avaliação ambiental estratégica, considerando que ainda está muito ligada a planos e programas do âmbito regional. ----------

O Secretário Regional referiu que o documento apresentado é apenas uma proposta e que ainda irá a discussão no Parlamento. Salientou, ainda, que o documento apresentado é uma simplificação da legislação comunitária que, entretanto, foi surgindo e encontra-se alinhada com o que está definido a nível nacional. ----------

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas destacou que em relação ao anexo I, com a transposição da diretiva para a Região, não é possível alterar os limites que se encontram patentes. ----------

O Conselheiro Diogo Caetano questionou se a plataforma única de licenciamento, a nível regional, teria a gestão da informação centralizada. ----------

O Secretário Regional salientou que em relação à plataforma única de licenciamento a mesma ainda não se encontra a funcionar devidamente e que não irá colocar funcionamento enquanto não estiver 100% operacional. ----------

O Conselheiro André Avelar salientou que um dos objetivos principais da Associação que representa é a proteção da Orla Costeira e preocupa-os algumas das construções que têm sido executadas na ilha Terceira e na Região. Referiu que ao longo dos anos tem-se perdido parte das ondas e da Orla Costeira, de uma forma legal, e deu como exemplo a obra de São Mateus, uma obra que, devido à urgência de implementação, foi executada sem a realização de um estudo de avaliação de impacto ambiental. ----------

Referiu que as obras, que são executadas com base no artigo 26º, não são passíveis de terem legalização, e é neste tipo de projetos que deve existir um estudo, isto é, não se pode afirmar que se está a proteger pessoas e bens sem ter um estudo prévio e posterior. ----------

O Secretário Regional deu nota que a obra do Biscoitinho foi enquadrada nas obras de requalificação e recuperação na sequência do furação Lorenzo e que através da publicação do despacho procedeu-se à isenção do estudo de impacto ambiental para a obra em questão. Destacou que não é prática dispensar obras de proteção costeira do estudo de impacto ambiental. ----------

O Conselheiro Diogo Caetano mencionou que as questões levantadas não se inserem na avaliação de impacto ambiental, mas sim ao nível dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira. Considera que é necessário efetuar um trabalho de identificação das zonas preferenciais das ondas e tomar medidas cautelares que permitam salvaguardar estas áreas e impossibilitem intervenções. ----------

O Diretor Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos deu nota que já se realizou a segunda reunião da comissão consultiva de acompanhamento do processo de alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha Terceira e que foram introduzidas um conjunto de alterações propostas pelas diversas entidades que compõem. Salientou que o documento irá ao Conselho de Governo e de seguida será publicado o aviso para início do processo de discussão pública. ----------

Referiu que as áreas naturais e culturais são áreas com um forte risco associado, sendo condicionado a edificação nas referidas áreas, pelo que só é permitida a instalação de equipamentos para utilização das zonas balneares e não são permitidas novas construções, a menos que estas sejam de apoio à atividade agrícola com 30 m^2. A estas áreas estão associados requisitos que necessitam de ser cumpridos.----------

Destacou que as áreas com especial interesse natural, cultural e paisagístico possuem um estatuto legal e um conjunto maior de restrições, sendo que nestas áreas apenas são permitidas infraestruturas de apoio à atividade agrícola desde que estejam em cumprimento um conjunto de requisitos muito restritos.----------

Por fim, mencionou, ainda, que para as áreas com especial interesse natural, cultural e paisagístico foi criado um regime específico para a zona de paisagem protegida da vinha dos Biscoitos. Referiu que no âmbito do POOC, a área de abrangência, não vai permitir a construção de adegas, sendo permitida apenas a construção de infraestruturas de apoio com 15 m^2. -------

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. ----------

PONTO SEIS – Proposta de portaria que aprova os valores das taxas a cobrar pela Administração Pública Regional pelos serviços realizados no âmbito da homologação de cartografia topográfica, vetorial e de imagem, na Região Autónoma dos Açores ----------

Para apresentação da portaria tomou a palavra o Diretor Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos que frisou que a proposta apresentada vem dar resposta a uma situação que se encontrava por resolver. Deu nota, que em 2007, através da publicação do Decreto-Lei n.º 362/2007, de 2 de novembro, a Região assumiu um conjunto de atribuições que se encontravam no Instituto Geográfico Português, nomeadamente na gestão das áreas da geodesia, cartografia e cadastro. ----------

Realçou que a Região estava a aplicar taxas que eram aplicadas a nível nacional, ou seja, na Região o processo de início de homologação tem um preço base de 750€ e a nível nacional o preço base é de 600€, sendo a diferença de preço justificada pela necessidade de deslocação de uma ilha para a outra. ----------

Portanto, esta portaria vem definir os preços a cobrar pela Região, considerando que a Madeira e Portugal Continental já praticam os seus próprios preçários e verificou-se a necessidade de ajustar este conteúdo à Região Autónoma dos Açores. ----------

O Presidente do CRADS procedeu à abertura das inscrições para pronúncia dos membros presentes. ----------

O Conselheiro Rui Botelho questionou o porquê da demora da apresentação da proposta de Decreto Legislativo Regional. ----------

O Diretor Regional do Ordenamento do Território esclareceu que a obrigação de utilização da cartografia de base oficial homologada decorre do Decreto-Lei n.º 130 de 2019 e está relacionado com processos de planeamento, ou seja, é essencialmente para Planos Diretores Municipais e Planos de Urbanização. ----------

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. ----------

PONTO SETE – Apresentação de proposta da lista de locais a classificar como portinhos na Região Autónoma dos Açores ----------

O Diretor Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos tomou a palavra para apresentação da proposta e deu nota que em 2011, por via do DLR n. º24/2011/A, a Região definiu o sistema portuário dos Açores e na sua definição estabeleceu cinco classes de portos da Região. Os portos de classe A, B e C são geridos pela Portos dos Açores e o mesmo DLR, por via da Resolução do Conselho de Governo, definiu os portos de classe D e E. Os portos de Classe D enquadram-se os portos de pesca, geridos pela Direção Regional das Pescas e os portos de classe E, conhecidos por portinhos, sendo que a sua gestão está a cargo do departamento do Governo Regional, com competência em matéria de domínio público marítimo. ----------

Salientou que por via da publicação do Sistema Portuário dos Açores foram revogados diversos diplomas, sendo um deles o diploma que classificava os portinhos da Região e esta proposta vem permitir novamente a sua classificação. Através de uma análise efetuada verificou-se que dos 81 portinhos existentes, há 31 que não deveriam continuar classificados como portinhos. Portanto, no âmbito da Resolução do Conselho de Governo a proposta final é de 57 portinhos classificados. ----------

O Conselheiro Paulo Barcelos salientou que ter portinhos e zonas balneares no mesmo local não é compatível. Propôs uma análise mais atenta à questão e referiu que as zonas balneares devem ser retiradas da lista por uma questão de conflitos de interesses. ----------

O Diretor Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos referiu que a listagem apresentada é preliminar, e que mesma será remetida a todos os municípios e aos departamentos do governo regional para que se possam pronunciar sobre esta matéria. ---------

De seguida, o Conselheiro João Cabeças, representante da Autoridade Marítima, referiu que há dois portos, um em Angra e outro em São Roque do Pico que estão inseridos em área portuária, gerida pela Portos dos Açores e que será necessário verificar que entidade têm as devidas competências para gerir. ----------

Quanto às zonas balneares o próprio regulamento das zonas balneares permite que as embarcações possam entrar ou sair, em canais específicos para essa atividade. Mencionou ainda que o uso balnear prevalece durante o período balnear. ----------

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. ----------

PONTO OITO – Informação sobre o estado de execução de projetos: LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDALIA, LIFE BEETLES, LIFE IP CLIMAZ e LIFE SNAILS ----------

O Presidente do Conselho Regional passou a palavra à gestora do Projeto LIFE VIDALIA, Mafalda Sousa para apresentação do estado de execução do projeto. A apresentação foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ------

Concluída a apresentação, o Secretário Regional passou a palavra à Gestora do Projeto LIFE IP AZORES NATURA, Diana Pereira, para apresentação do estado de execução do projeto. A apresentação foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Seguidamente, o Presidente passou a palavra à Gestora do Projeto LIFE BEETLES, Maria Teresa Ferreira, para apresentação do estado de execução do projeto. A apresentação foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ------

Terminada a apresentação, o Secretário Regional passou a palavra ao Gestor do Projeto LIFE IP CLIMAZ, Miguel Ferreira, para apresentação do estado de execução do projeto. A apresentação foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

O Presidente do Conselho deu, então, a palavra ao Gestor do Projeto LIFE SNAILS para apresentação do estado de execução do projeto. A apresentação foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluídas as apresentações o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

O Conselheiro Coronel Vieira destacou que, no mês de fevereiro, o Governo Regional dos Açores e a Guarda Nacional Republicada celebraram um protocolo, dando nota que podem contar com o apoio da Guarda Nacional Republicana na proteção da natureza e ambiente. ----------

O Conselheiro José Leal questionou, entretanto, se nas zonas onde são efetuadas intervenções no âmbito do combate às invasoras se encontraram a Lantana (*Lantana camara*) e a Ipomoea (*Ipomoea indica*). ----------

O Secretário Regional informou que em todas as ilhas se encontra Ipomoea em quantidades assustadoras. Deu nota que o projeto LIFE IP AZORES NATURA concluiu a estratégia de combate

às invasoras e que está neste momento em verificação técnica por parte da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. ----------

O Conselheiro Rui Botelho, mencionou que o Projeto LIFE VIDALIA está a três meses da sua conclusão, mas seria importante partilhar numa futura reunião a avaliação final do projeto por parte da Comissão Europeia e a preparação do Pós-LIFE. Em relação ao projeto LIFE IP CLIMAZ questionou sobre as pastagens biodiversas, que provavelmente são misturas de espécies e de sistemas, no entanto, não foi bem explicado que espécies estão implementadas na Região ou se há intenção de implementar novas espécies e nesse processo quais serão as entidades competentes. Quanto ao projeto LIFE IP CLIMAZ questionou, ainda, qual a equipa que se encontra a efetuar as análises fluviais das ribeiras. Por fim, questionou o projeto LIFE BEETLES, no âmbito do restauro fluvial, na ilha das Flores, que equipa está a acompanhar os trabalhos. --

O gestor do Projeto LIFE IP CLIMAZ mencionou que em relação às espécies das pastagens biodiversas, são cultivares de espécies agrícolas já comercializadas na Europa e no Mundo. Quanto à ribeira da pedreira o objetivo é existirem estruturas de engenharia natural. ----------

O Diretor Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos salientou que ao nível da monitorização das linhas de água, não ao nível da recuperação do estado ecológico das linhas de água, está previsto incremento das análises à qualidade da água, quer ao nível químico e ecológico. ----------

O Presidente do CRADS passou a palavra à gestora do projeto LIFE BEETLES para os esclarecimentos solicitados anteriormente. A gestora deu nota que neste momento, o acompanhamento na ilha das Flores, é efetuado por operacionais e uma técnica que estão devidamente capacitados. Em termos de engenharia natural, esta é efetuada por consulta ao engenheiro Pedro Teiga. ----------

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. ----------

PONTO NOVE – Outros assuntos. ----------

Tomou a palavra o Conselheiro Eugénio Câmara para dar nota que apesar dos assoreamentos efetuados na Lagoa das Sete Cidades, sempre que chove, a bacia de retenção fica cheia e as lavouras que se encontram próximas da Lagoa desaguam diretamente para a linha de água. ----

O Presidente do CRADS referiu que no âmbito das suas competências, atua e procede à aplicação de multas, e que nada mais pode ser feito. Os terrenos em questão são privados e, por isso, o Governo Regional não tem poder para ordenar que se retire o gado. Salientou que, no âmbito da monitorização das linhas de água, são levantados autos devido às descargas de efluentes para as linhas de água. ----------

O Inspetor Regional do Ambiente esclareceu que a Inspeção Regional do Ambiente tem efetuado um trabalho próximo das atividades agropecuárias, em conjunto com a PSP, GNR, Vigilantes da Natureza e Polícia Marítima. Referiu que, através de uma denúncia para a PSP, GNR e para a própria Inspeção, é efetuada uma fiscalização e se se confirmar a descarga de efluentes pecuários para a linha de água é levantado o auto de notícia. O Inspetor salientou que na

questão dos odores não existe legislação, mas é possível trabalhar na questão dos efluentes pecuários e nas descargas para a linha de água. ----------

O Secretário Regional afirmou que todos devem ser agentes ativos e atentos aos problemas da sociedade. ----------

O Conselheiro Paulo Barcelos usou da palavra, comunicando que verificou que o SIARAM está sem dinâmica e questionou se projeto é para manter. ----------

O Presidente do CRADS salientou que estão a ser desenvolvidos esforços para dar continuidade ao projeto. ----------

Tomou a palavra o Conselheiro José Leal para dar nota sobre os trilhos da Ilha do Faial, nomeadamente a falta de manutenção. Referiu que a Azorica reuniu os representantes das empresas turísticas do Faial para debater o estado dos trilhos. Relativamente ao trilho da Caldeira, destacou que se deve manter os dois sentidos de circulação, quanto à erosão existente, na zona do Cabeço Gordo virado para Leste, devia haver uma intervenção nos degraus. Mencionou a presença de gado bovino e caprino na Caldeira e referiu que a situação deveria ser controlada. Quanto ao trilho das Levadas, salientou que, a zona onde se encontra a vedação de arame farpado, a mesma está aberta, permitindo assim a entrada de gado, e referiu também a falta de manutenção e corte de vegetação. Relativamente, ao Vulcão dos Capelinhos referiu que, a zona que se encontra interdita, carece de sinalização e vedação. ----------

Em relação ao parque de estacionamento, deu nota que se deveria equacionar a possibilidade de estabelecer um tempo limite de permanência no local. ----------

O Secretário Regional salientou que de inverno os trabalhadores encontram-se nas linhas de água, na orla costeira e encontram-se a retirar as algas que arrojam na ilha do Faial. Referiu que as atuações dos serviços estão programadas para que, quando chegar à época dos Trilhos estes estejam funcionais. Destacou, ainda, que a rede de trilhos existentes na Região é extraordinariamente grande para o número de recursos disponíveis. ----------

O Conselheiro André Avelar mencionou que as pessoas que utilizam os trilhos devem ser responsabilizadas. ----------

O Conselheiro Paulo Barcelos questionou se os Vigilantes da Natureza estão a trabalhar ao fim de semana, pois é ao fim de semana que as pessoas vão disfrutar da natureza. ----------

O Secretário Regional deu nota que de momento não estão a trabalhar ao fim de semana, mas foi efetuado um pedido de colaboração com a GNR para intensificar as ações de fiscalização ao fim de semana. ----------

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas informou que em relação às gaivotas foi desenvolvida uma parceria com a Direção Regional das Políticas Marítimas, no sentido de se iniciar os censos no presente ano. Neste momento estão a definir os locais de nidificação e alimentação e está a ser preparada uma formação para os operacionais e Vigilantes da Natureza para se dar início aos trabalhos. ----------

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por terminada a reunião do CRADS, realçando o empenho de todos nestes encontros. ----------

Terminou, agradecendo a presença e a participação de todos, e deu por concluída a reunião, quando eram dezoito horas e quinze minutos, tendo sido lavrada a presente Ata, que eu, na qualidade de secretária-geral do CRADS, redigi e subscrevo. ----------

Carla Alexandra Brasil Mota

Aprovada, em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, ao sexto dia do mês de junho de 2023.

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Alonso Teixeira Miguel